

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016 - SANEAMENTO¹

Apresentação e obtenção de contribuições à deliberação a ser aprovada pela diretoria da Arsesp sobre a proposta de revisão tarifária ordinária (RTO) referente ao contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Mairinque.

Mestre de Cerimônia:

Senhoras e senhores, boa tarde.

É com satisfação que a Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, os recebe para participação na Audiência Pública nº 002/2016.

As audiências públicas destinam-se a colher subsídios e informações para as matérias em análise na Agência. Visam também dar aos interessados oportunidade de se manifestarem verbalmente nos processos decisórios que repercutem na esfera de direitos dos consumidores, agentes econômicos dos setores de energia e de saneamento e demais interessados da sociedade, conforme dispõe a Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007.

Esta audiência pública foi convocada com a finalidade de apresentar e obter contribuições à deliberação a ser aprovada pela diretoria da Arsesp sobre a proposta de revisão tarifária ordinária referente ao contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Mairinque.

O senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-financeira e de Mercados e também diretor-presidente da Arsesp, irá presidir esta audiência pública, cabendo-lhe decidir sobre as questões de ordem acerca dos procedimentos adotados na audiência.

¹ **Nota:** A transcrição deste documento foi integral, incluindo erros cometidos (sem corrigi-los), pausas, hesitações, repetições, entre outras coisas não normalmente encontradas na língua culta. O texto resultante pode não ter fluência, coesão, coerência em alguns momentos.

A etapa de apresentações será iniciada pela Arsesp, que fará a explanação em até 30 minutos, seguida da Saneagua Mairinque SA, a qual poderá realizar sua apresentação em até 30 minutos.

Em seguida, abriremos para as manifestações dos inscritos, sendo que o tempo para a manifestação de cada um será de até 10 minutos. Ressaltamos que o tempo para cada expositor poderá ser redimensionando em razão do número de inscritos.

As manifestações serão feitas segundo a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento desta audiência pública.

Esclarecemos que o tempo será controlado e que o expositor será alertado quando faltarem dois minutos para o fim de sua intervenção.

O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão fazer perguntas aos participantes, caso entendam necessária a obtenção de esclarecimentos adicionais.

Todas as manifestações serão registradas por meio eletrônico preservando assim a integridade do seu conteúdo.

Reiteramos a importância do fiel cumprimento ao tempo e às regras aqui estabelecidas, de modo que se possa atender de forma organizada a todos os interessados.

Registramos aqui a presença dos Diretores da Arsesp: José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados e Presidente em exercício da Arsesp. Hélio Luiz Castro, Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico, Paulo Arthur Lencioni Góes, Diretor de Relações Institucionais.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Paulo Arthur, Diretor de Relações Institucionais para algumas palavras.

Paulo Arthur Lencioni Góes, Diretor de Relações Institucionais da Arsesp:

Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui com todos vocês hoje. Quero cumprimentar inicialmente o Dr. José Bonifácio, presidente da Arsesp e diretor de Regulação Econômico-Financeira e Mercados da Arsesp. Saudar o Dr. Helio Castro, diretor de Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento da Arsesp. Saudar também os membros presentes aqui da Arsesp que irão realizar exposições e saudar os representantes da Saneaqua. Uma saudação especial também ao digníssimo presidente da Câmara Municipal de Mairinque, que gentilmente cedeu este acolhedor espaço para que pudéssemos realizar aqui essa audiência importante e para o Sr. Vereador Alexandre Peixinho, faço na pessoa da Vereadora Déia, aqui presente, obrigado pela presença. Saudar também especialmente o prefeito de Mairinque, Dr. Rubens Merguizo, que não pode estar presente hoje por compromissos assumidos anteriormente, mas o faço na pessoa do Sr. Claudinei Rosa, secretário de Planejamento e Obras também aqui presente, obrigado secretário, todos os senhores e senhoras, dizer na nossa satisfação de estar aqui hoje para realizar mais uma audiência pública realizada pela Arsesp.

As audiências públicas são instrumentos muito importantes, são instrumentos democráticos a gente ressaltar isso, porque é uma oportunidade que nós temos de aperfeiçoar, de melhorar o diálogo entre estado e sociedade e alcançar os objetivos que a regulação se propõe a atingir em relação ao interesse público, a satisfação do interesse público. É muito importante, a regulação não se faz só no gabinete, é importante ouvir todas as partes interessadas, afetadas pela regulação, então os usuários, as empresas, o poder concedente, as entidades civis, as associações e tenho certeza que as contribuições que por ventura seja hoje trazidas aqui sejam, sem dúvida alguma, observadas com carinho, com todo cuidado pela Agência e que vão ajudar muito nesse processo, no objeto dessa audiência pública, que é a definição do novo nível tarifário para a concessionária Saneaqua Mairinque.

A Arsesp é uma agência estadual, uma agência multifisetal, isso significa dizer, ela regula e fiscaliza alguns serviços públicos, no caso gás canalizado, em relação ao saneamento básico ela regula e fiscaliza por delegação, por convênios com os municípios e fiscaliza os serviços de energia elétrica por delegação da Aneel. Hoje nós estamos aqui para tratar de um desses

assuntos, no caso o saneamento básico e espero que tenhamos aqui a oportunidade de bons debates e alcançar nosso objetivo, com certeza que o alcançaremos.

Então mais uma vez agradeço a todos e tenhamos todos uma boa audiência. Muito obrigado. E gostaria de passar a palavra para o Dr. José Bonifácio, que irá presidir os trabalhos desta audiência.

José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp e presidente desta audiência pública:

Boa tarde a todos. Em nome da Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia, eu quero agradecer a Câmara Municipal de Mairinque a cessão deste espaço que a gente está aqui, saudar os vereadores de Mairinque, agradecer a presença da vereadora Déia, do secretário de Obras que (incompreensível 7'04" – parte 1).

A audiência pública de hoje é um ato que se realiza sempre que tem algum assunto importante e no caso dos contratos de prestação de serviços públicos, como é o contrato de saneamento, água e esgotos, são contratos que têm períodos definidos em que são feitas revisões das tarifas. Isso significa que a cada quatro anos, cinco anos é feita uma análise que constitui o custo de prestação dos serviços, os custos operacionais, pessoal, materiais (incompreensível 7'40"), produtos químicos, capital aplicado, ou seja remunerado, qual é a taxa de remuneração, qual é a taxa de retorno do investidor. Então a cada cinco anos se faz uma análise mais aprofundada de todos os custos e a cada Ana o valor das tarifas é simplesmente atualizado com base na inflação, ou índice como o IPCA (incompreensível 8'03"). Então atualmente as tarifas são corrigidas para (incompreensível 8'08"). Mas a cada quatro anos ou cinco anos é feita uma análise mais aprofundada. Então trata-se disso, a audiência pública de hoje ela que, em cumprimento ao contrato assinado entre a prefeitura de Mairinque e a Saneaqua Mairinque e a escolha da Arsesp para funcionar como órgão regulador, órgão que acompanha, fiscaliza, então a reunião de hoje é após cumprir o período para fazer a revisão tarifária periódica, revisão normal das tarifas, foi feita uma análise da

Arsesp, nós recebemos um pleito, pedido, das informações da concessionária Saneaqua Mairinque, a equipe técnica analisou e preparou um parecer para ela, como vai ser exposto hoje aqui por meio da nota técnica.

Esses números que serão apresentados então são os números que a nosso ver representam o que deveria ser feito em termos de ajuste das tarifas. Não se trata de correção da inflação, mas um ajuste com base em dados concretos em termos de informações que na Agência foram analisados. Obviamente a concessionária também tem a sua manifestação, vai ser feita a manifestação da concessionária. As ponderações da concessionária e de todos que desejarem fazer serão analisadas pela Agência, isso vai ser registrado, gravado, é feito um relatório das contribuições recebidas (incompreensível 9'46") e será publicado no site da nossa agência reguladora. E aí a Arsesp vai dar, então a sua manifestação final de qual o percentual que ela entende que é adequado para ajustar as tarifas do município nesta revisão tarifária que acontece periodicamente. Será feito uma deliberação, que será publicada no Diário Oficial e a partir daí então feito o ajuste tarifário nos termos da lei federal 11445 e que passa a ser praticado em 30 dias depois de publicada a deliberação.

A audiência pública é um momento bastante importante para que todos possam participar, assim como a consulta que antecedeu a audiência, todos podiam tomar conhecimento das informações, se manifestar, mandar suas contribuições etc. Então hoje é uma audiência pública também presencial como estamos aqui para ouvir todos.

Um dia eu li uma notícia que no Chile, em Santiago tinha se aberto também uma discussão do sistema urbano, sistema viário tipo audiência popular e eu achei muito interessante, mais simpático também. A gente vem aqui coloca a discussão, ouve (incompreensível 11'13") com relação ao assunto e de alguma maneira procura aproximar, deixar transparente, de maneira clara as análises para que todos possam participar. É um evento, portanto, muito importante como já disse o Dr. Paulo nessa questão democrática.

Então agradeço a presença de todos e quero já dizer que teremos uma apresentação da Camila Cruz, especialista em regulação, concursada da

Arsesp, que vai fazer sua apresentação tendo o prazo previsto de 30 minutos. Em nome da clareza das informações, se for necessário ampliar um pouco fique à vontade esse assunto é importante. Do mesmo modo a concessionária também tem 30 minutos, acho que nós temos tempo suficiente, o número de participantes não será tão grande. Se for necessário, em prol do valor, da clareza, esclarecimentos (incompreensível 12'17") necessários, fiquem à vontade. Então agradeço mais uma vez a presença de todos e dou a palavra para nossa apresentadora, para dar seguimento ao evento.

Mestre de Cerimônia:

Dr. Helio, o senhor gostaria de dizer algumas palavras?

Helio Luiz Castro, Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico da Arsesp:

Primeiramente boa tarde a todos. Só esclarecendo o papel da Agência, a Agência tem o papel de regulamentar, de dizer quais são as formas com que a concessionária deve prestar os serviços públicos, no caso de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, fiscalizar se isso está sendo bem feito, se está sendo feito de forma adequada e nesses momentos de revisão tarifária, entender todo esse processo e ser totalmente imparcial naquilo que se refere a remunerar de forma totalmente justa - e acho que justa é a palavra mais adequada para definir isso -, remunerar de forma justa o pleito da concessionária e manter a modicidade tarifária. Ou seja, uma tarifa que seja acessível, que todos possam pagar. É um desafio bastante difícil e importante e é por isso que a gente precisa dessas audiências para justamente ouvir todos os participantes. E os principais participantes disso é justamente a população, que se faz representar aqui, nesta audiência.

Então, sem mais delongas, eu gostaria de agora passar às apresentações.

Mestre de Cerimônia:

Obrigada. Passamos agora a palavra para Camila Elena Muza Cruz, especialista em regulação e fiscalização de serviços públicos, que fará a apresentação da Arsesp com o tempo máximo previsto de 30 minutos, podendo ser estendido conforme dito pelo presidente da mesa.

Camila Elena Muza Cruz, Especialista em Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos da Arsesp:

Boa tarde, eu sou a Camila, trabalho na Arsesp e estou representando a Diretoria Econômico-Financeira e de Mercados que fez os estudos iniciais dessa revisão tarifária ordinária. Então o objetivo dessa apresentação é mostrar os resultados preliminares produzidos pela Arsesp para a revisão tarifária ordinária da Saneaqua Mairinque referente ao contrato de prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município.

Todas as informações que eu vou apresentar aqui já foram disponibilizadas na página da internet da Arsesp nessa nota técnica preliminar 001/2016. A gente menciona aqui que é um resultado preliminar ainda, porque serão analisadas as contribuições enviadas durante a consulta pública e as manifestações desta audiência para que a gente chegue a resultado final.

Inicialmente vou fazer uma contextualização legal e contratual, depois eu vou falar especificamente sobre a revisão tarifária ordinária de Mairinque, qual foi a metodologia adotada pela Agência, como foi feita a atualização do plano de negócios do contrato de concessão e finalmente o índice de reposicionamento tarifário preliminar.

Com relação ao aspecto legal, as revisões tarifárias estão previstas no marco regulatório do saneamento, que é a lei 11445 e pela legislação deve compreender a reavaliação das condições da prestação do serviço e das tarifas praticadas. E como já foi mencionado na abertura, elas podem ser de dois tipos, a periódica, que já tem um tempo pré-definido no contrato para ser realizada e ela tem como objetivo a distribuição de ganho de produtividade com os usuários e reavaliações de mercado, e as extraordinárias, que podem ocorrer a qualquer tempo, quando tiver um fato imprevisto, fora do controle

da prestadora, que necessite de um reequilíbrio econômico-financeiro. Neste caso a gente está tratando da revisão periódica do contrato, a primeira a ser feita.

A legislação também define que um dos objetivos da regulação é definir as tarifas que assegurem equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a modicidade das tarifas. Então a gente tem que olhar esses dois lados mediante mecanismos que induzam à eficiência e à eficácia dos serviços e que permitam a apropriação da sociedade dos ganhos de produtividade da concessão. Cabe à entidade reguladora editar as normas referentes ao regime, estrutura e níveis tarifários e também definir os procedimentos e prazos de sua realização. E a entidade reguladora também define a pauta da revisão ordinária.

A lei complementar estadual 1025, a lei de criação da Arsesp, ela atribui à Agência a competência pela regulação e fiscalização, inclusive relativas (incompreensível 18'19") tarifárias dos serviços nos municípios que fizerem a delegação dessa atividade para o estado. No caso do município de Mairinque foi assinado um convênio de cooperação entre município e estado, que delegou a Agência todas essas competências, inclusive de atuar nas revisões periódicas previstas no contrato e na legislação pertinente.

O contrato de concessão assinado entre o município e a concessionária foi feito mediante uma licitação, concorrência do tipo técnica e preço, a empresa vencedora foi a Saneaqua Mairinque S.A., que é uma sociedade de propósito específico constituída pela Foz do Brasil e pela Sabesp e ele foi assinado em outubro de 2010 e mesmo tendo sido assinado em outubro, foi mantida a data base do contrato para março e é essa data base que a gente utiliza como prazo para os reajustes e revisões, por isso ela está ocorrendo agora em fevereiro para aplicação em março.

Foi assinado um termo aditivo ao contrato em 2012 que previa a antecipação da construção da estação de tratamento de esgoto e todas as obras correlatas. Na licitação e no plano municipal de saneamento anterior estava prevista para 2016 em decorrência de algumas exigências da Cetesb. Tinha sido prevista uma antecipação para 2013, em função dessa antecipação

prevista à época, em 2012, foi feito um estudo contratado pela prefeitura e esse estudo avaliou que para não impactar no equilíbrio do contrato, econômico-financeiro, a vigência deveria ser alterada de 30 para 40 anos. As obras ainda não foram iniciadas por algumas questões de terreno, alguns entraves, mas isso é o que estava previsto no termo aditivo.

Vou fazer um retrospecto tarifário. A tarifa inicial que a concessionária ganhou na licitação, ela previa um desconto de 2% sobre as tarifas que constavam do edital de licitação. Como já foi mencionado, anualmente é feito um ajuste dessas tarifas para repor a inflação. No caso da Saneaqua o contrato prevê que ele é feito com base na avaliação dos últimos 12 meses do IGPM, isso é uma previsão contratual, então a gente só segue o que está previsto no contrato. Então já foram publicados pela Agência cinco reajustes de 2011 a 2015 e aqui estão todas as deliberações que autorizaram esses reajustes.

Essas são as tarifas vigentes no município atualmente. O contrato previa também que a tarifa de esgoto nas ligações que têm coleta e têm tratamento, elas correspondem a 100% da tarifa de água. Nas que não têm tratamento correspondem a 80%. Como o município ainda não tem tratamento de esgoto todos os usuários ainda estão pagando 80% da tarifa de água, daqueles que têm coleta.

Bom, agora sobre essa revisão tarifária ordinária. O contrato previa a realização da revisão tarifária a cada quatro anos, então foi iniciado o processo entre a Agência, prefeitura e a concessionária. A Agência percebeu que algumas cláusulas contratuais impediam a realização da revisão nos termos da legislação. Por exemplo, o contrato continha alguns prazos que tinha que ser cumpridos pela concessionária e pela Agência, que impediriam, por exemplo, a realização da audiência pública no prazo estabelecido na legislação. Em função disso a Agência iniciou as tratativas com a concessionária e com a prefeitura para discutir um termo aditivo que ajustasse essas cláusulas. Nessa época – essa discussão começou em 2014 – o plano de saneamento ainda estava em processo de revisão, e mais à frente vou falar um pouco sobre a importância dele nesse processo, e ele foi concluído só em novembro de 2015. Em função de tudo isso ficou acordado entre as partes

que essa primeira revisão tarifária seria realizada em 2016, respeitando a data base de 10 de março, e as seguintes vão ser realizadas a cada 4 anos.

A Arsesp iniciou esse processo com a publicação da deliberação 585, que tinha um cronograma inicial de eventos e agora em fevereiro nós fizemos um ajuste nas etapas 4 a 7, que eram as etapas de divulgação da nota técnica, da consulta pública e da audiência pública, nós precisamos fazer alguns ajustes, mas a data base está respeitada, a gente vai manter o prazo final de conclusão de 10 de março. Bom, sobre o plano municipal de saneamento, como eu mencionei ele foi revisto, foi autorizado pela lei 3314 de 11 de novembro de 2015. O plano é um instrumento fundamental na revisão tarifária, porque atualiza algumas informações muito importantes nesse processo, como a projeção de população e domicílios, metas de atendimento, plano de investimentos, entre outros aspectos. A gente avaliou o plano, percebeu que os investimentos previstos nesse plano novo estavam num patamar bem compatível com o plano anterior, só que ele apresentou esses investimentos de forma mais detalhada e ajustou (incompreensível 23'52").

Nesse processo a concessionária envia um pedido para a Agência de revisão tarifária, eles fazem um pleito para a Arsesp, e aqui são alguns fatores que eles consideraram que impactaram o equilíbrio econômico-financeiro da concessão nesse período do contrato de cinco anos. Então um deles é a revisão do plano, que alterou projeções de crescimento e planos de investimentos, a crise hídrica, aumento nos custos de mão de obra em razão de norma regulatória mais rígida do que a regra contratual. Então o contrato já previa alguns prazos e quando a Agência editou uma deliberação sobre prestação de serviços, esses prazos se tornaram mais rígidos, então a concessionária precisou fazer alguns ajustes no quadro de pessoal deles com a mão de obra. E variações imprevistas de custo como inclusão de novo produto químico no tratamento, aumento do preço de alguns insumos que não foram abrangidos por esses reajustes anuais, contratação da consultoria externa pela prefeitura para fazer aquele estudo do termo aditivo e aquisição de imóvel para perfuração do poço. O percentual requerido pela concessionária foi de 49% de ajuste nas tarifas.

Bom, qual foi a metodologia adotada pela Arsesp? Inicialmente eu preciso fazer algumas considerações aqui. O edital de licitação que gerou esse contrato previa que todos os custos relativos à prestação dos serviços deveriam ser considerados na proposta comercial, ou seja, todos os custos necessários para que os requisitos técnicos fossem cumpridos deveriam constar daquela proposta e do fluxo de caixa apresentado na licitação. No entanto, apesar de ter essa previsão, o contrato e a legislação garantem à concessionária a idealização das revisões periódicas que ajustam essas condições de mercado, ajustam o cenário após esse período de quatro, cinco anos, e garante também que a concessionária tenha uma taxa interna de retorno de 8,85 no período de concessão como um todo. Então, apesar de a gente ter que olhar todo o cenário, a gente sempre tem em mente isso, eu vou passar item por item, do que foi previsto na licitação porque é o nosso parâmetro de análise das informações que a concessionária enviou.

Então, a metodologia adotada. A concessionária tem que mandar um novo plano de negócios com as projeções para o período restante do contrato e essas projeções têm que considerar o plano de saneamento vigente, as exigências regulatórias e as mudanças do cenário que não estavam previstas na licitação. E qual o nosso papel? A gente analisa, considerando os aspectos regulatórios, dados de demanda, custos e investimentos. Nesse período já transcorrido do contrato, que é de 2010 a 2015, e as projeções feitas pela concessionária para o restante do contrato, que é de 2016 a 2050. Lembrando que daqui a quatro anos a gente faz um novo processo desse para reavaliar tudo novamente. Para fazer essa análise a gente considera todos os critérios e condições do processo licitatório e do contrato de concessão vigente, as alterações de mercado e de prestação de serviço e outros parâmetros e critérios regulatórios que a Agência pode definir.

Depois de tudo isso o próximo passo é atualizar o plano de negócios da concessão e é essa atualização que vai resultar no índice que a concessionária precisa de ajuste das tarifas. O primeiro aspecto que a gente olha é a questão da demanda e aí com relação à projeção de população, a gente adotou a projeção do novo plano de saneamento, e aqui cabe uma observação que teve uma mudança significativa na população que estava

prevista no plano anterior e na que está prevista agora e foi atualizada em 2014 e 2015. Eu trouxe um exemplo aqui de 2014, o plano anterior tinha uma projeção de aproximadamente 52 mil habitantes, no plano atual caiu para 37.800. Isso impacta muito na demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O plano prevê também, com relação à taxa de crescimento da população, que nesses primeiros anos, agora a partir de 2015 a taxa de retorno de 2% e nos últimos anos ela cai para 0,2, então é uma taxa decrescente.

Com relação aos índices de atendimento, esses são os índices mencionados no plano, então índice de cobertura de água: a prestação do serviço em 2010 iniciou com 93% e ele foi universalizado na área de concessão em 2014, foi para 100%. De cobertura de esgoto iniciou em 65 e em 2014 chegou a 75.

As novas metas definidas no plano e são essas que a gente considera nesse processo de revisão tarifária: manter a universalização dos serviços para todo o período do contrato no caso de abastecimento de água. Para cobertura de esgoto inicia em 75% em 2015 e universaliza em 2020 e mantém isso até o final do contrato. E de tratamento de esgoto, inicia o tratamento em 2017, que é quando está prevista o início da operação da estação, e universaliza em 2020 também, chegando a 99, isso está mantido para o restante do período do contrato.

Esse aqui foi o comportamento do consumo de água por economia, eu não sei se todos têm familiaridade com esse termo, economia é cada domicílio que tem abastecimento de água. Então, o consumo por economia, médio, aqui é só para a gente observar o que aconteceu com o consumo na crise hídrica. Em 2013 ele estava nesse patamar dessa linha azul, que foi antes da crise hídrica. Em 2014, no primeiro trimestre, ele começa alto e aí em uma queda significativa e mantém essa queda até o final de 2014. Início de 2015 ele mantém baixo, continua caindo, só que ele tem uma recuperação no último trimestre de 2015 superior ao que estava em 2014, ele ficou entre 2014 e 2013. O plano de saneamento também traz esse cenário, ele menciona que no segundo semestre de 2015 o consumo da população já estava se normalizando, já estava havendo incremento e fugiu um pouco do impacto

da crise. Então, a Agência decidiu... – vou mostrar o gráfico que fica mais fácil – fazer a recuperação desse consumo até 2018 do nível de consumo médio observado em 2013 e 2014. Por quê? A gente não podia usar como parâmetro para retomada do consumo dos usuários o ano de 2013 porque ele é um ano anterior à crise e a gente entende que vai haver uma mudança no comportamento da população em função dessa crise que a gente passou. Então é difícil que retome o patamar de 2013. Só que também a gente não podia considerar o ano de 2014 como parâmetro porque foi época da crise, então a gente acha que agora, com a normalização, o consumo vai aumentar um pouquinho, vai aumentar gradativamente. Então por isso que a gente pegou uma média de 2013 e 2014, é um cenário muito incerto ainda, a gente não sabe como o comportamento da população vai... em que padrão ele vai ficar depois da normalização do abastecimento. Isso vai ser visto daqui a quatro anos, mas este é o cenário que a Agência adotou nessa revisão tarifária.

E aí a gente manteve esse nível médio de 2018 até o final do contrato. Então essa curva verde é o consumo que estava previsto no contrato inicial. Essa curva azul é o a gente está considerando na RTO e essa laranjinha é o que a concessionária enviou no plano de negócios. Então a gente está considerando um pouco acima do que a concessionária havia enviado para a gente no plano de negócios deles.

Bom, com relação ao sistema de abastecimento de água, a gente precisa fazer um dimensionamento tanto do sistema de abastecimento de água como de esgotamento sanitário, então quanto vai ser produzido e tratado de água e quanto vai ser coletado e tratado de esgoto para que a gente chegue nos custos da operação, que é o que vai impactar na revisão tarifária. Além da demanda, do consumo dos usuários, um dos fatores que impactam a oferta de água é o índice de perdas. Esse era o percentual previsto no contrato inicialmente, esses foram os índices realizados pela concessionária, aqui em 2014 está um pouco acima do que estava previsto no contrato, estas são as novas metas do plano, então o plano já parte de 2015 com uma meta um pouco maior do que estava em 2014. Esses valores aqui são os que a gente está considerando na revisão tarifária. Aqui, esses índices foram os propostos

pela concessionária. Como eles estão abaixo do que estavam previsto no plano, então eles estão com uma meta de redução de perdas melhor do que a que estava prevista, a gente considerou o índice da concessionária. Nesses últimos anos o índice proposto pela concessionária estava um pouco acima, então a gente manteve a meta do plano de saneamento.

Como relação ao sistema de esgotamento sanitário é a mesma coisa, a gente usa alguns parâmetros técnicos, esses parâmetros constam do plano de saneamento, que é retorno de 85% do volume de água para o sistema de coleta de esgoto e uma taxa de infiltração de 0,1 litros por segundo por quilômetro de rede.

Com relação ao plano de investimentos a gente considerou nesse período realizado os dados contábeis, então, os valores registrados na contabilidade da concessionária. Nesta nota técnica a gente reconheceu todos os investimentos realizados e para o período remanescente do contrato a gente considerou os investimentos previstos no plano novo. Então aqui a gente observa que de 2016 a 2018 ele fica na ordem de 16 milhões, só que o investimento pesado em esgoto, como já está previsto entrada em operação do sistema de tratamento, então nesses três primeiros anos as obras em esgoto impactam bastante aqui no plano de investimento. Aqui é uma comparação entre o que estava previsto no contrato, que é esta linha vermelha e o nível de investimentos considerado na revisão tarifária, que é o que foi previsto no novo plano de saneamento.

Bom, visto essa parte da produção e de demanda, a gente começa olhar para os custos da concessão. Então, eles são divididos em três grandes grupos, operação e manutenção, despesas comerciais e administrativas e outras despesas. No processo de revisão tarifária esses custos são chamados de Opex, então durante a apresentação vocês vão ver essa nomenclatura, a gente está se referindo a todos os custos da concessão. Inicialmente, como eu disse, a gente fez uma comparação do nível de custos atual da concessão com o que estava previsto no contrato, porque como eu mencionei, foi feito um processo licitatório e a gente queria ver a aderência desses custos ao que foi proposto na licitação. Então, o nível de custos previstos no contrato é esse, que está na ordem de quase 5 milhões e o que está sendo realizado pela

concessionária está bem mais alto, que é esse nível aqui perto dos 10 milhões, aqui cai um pouco para 9 em 2015. Então os custos estão bem acima, no entanto, quando a gente vai ver a quantidade de economias e o volume medido de água e esgoto, o realizado, o que aconteceu, está abaixo do que foi previsto inicialmente no contrato. Então, essa é a linha do que foi realizado e isso é o que estava previsto no contrato. Então os custos aumentaram, no entanto a quantidade de economias e o volume medido de água e esgoto foi inferior. Aqui eu só quero fazer uma observação, provavelmente essa diferença na projeção de economias e de volume é decorrente daquela disposição na projeção de população, projeção demográfica, mas é só para fazer uma comparação entre esses dois aspectos.

Bom, um dos itens que a gente olha nos custos da concessionária é o quadro de pessoal e aí a gente teve uma dificuldade de comparar o que está sendo praticado pela concessionária agora com o que estava previsto na licitação, porque o plano de negócios da licitação não continha esse dato explicitado e destacado. Então o que nós adotamos como premissa: a Arsesp calculou o número de empregados equivalente à licitação com base nas informações fornecidas pela concessionária por ano no contrato. Então, ela diz que no ano 1 do contrato eles tinham tantos empregados e o custo com pessoal correspondia 35% do custo total da concessão. A gente usou esses fatores e projetou um quadro de pessoal para toda a licitação, todo período da licitação.

E aí para o período realizado, de 2010 a 2015, a gente reconheceu como quadro de pessoal a quantidade de empregados que estava prevista na licitação, com acréscimo de quatro empregados, um em 2012 e três em 2014, que foram aqueles decorrentes das exigências da Arsesp em mudança de prazo, que exigiu uma quantidade maior de mão de obra. Então, essa foi a previsão do contrato calculada pela Arsesp, em 2015 eles terão 46 empregados. Atualmente no quadro a Saneaqua tem 55 empregados e a gente está reconhecendo na revisão tarifária um custo relativo a 50 empregados, que é o que estava previsto na licitação, acrescido dos quatro que são decorrentes de exigências regulatórias. E para o período projetado, para o restante do contrato, a gente parte dessa base de 50 empregados e

acrescenta os incrementos dos quadros propostos pela concessionária decorrente da implantação do sistema de tratamento de esgoto, então como eles vão implantar novos planos, mais serviços, eles precisam de mais empregados e a gente reconheceu esse acréscimo aqui. Então, do quadro de pessoal o azul é o nível que estava previsto no contrato, o verde é o que a Arsesp está considerando na RTO e o vermelho, nesse período, nesses primeiros anos é o que efetivamente a Saneagua tem e aqui é o que ela projetou para o restante do contrato. Então, na RTO, na revisão tarifária a gente está considerando esse nível aqui, verdinho.

Ainda com relação ao quadro de pessoal, a gente dimensiona a quantidade de empregados para chegar no custo com remuneração dos encargos que a concessionária precisa pagar. Então, para calcular a remuneração a gente considerou esse quadro reconhecido, o quadro de empregados reconhecido pela Arsesp e a remuneração média por empregado, que foi calculada com base nos dados contábeis da concessionária e chegou nessa remuneração reconhecida. Ou seja, isso quer dizer que dos custos que a concessionária teve com remuneração de pessoal em 2015, por exemplo, a Agência reconheceu 88,6% dos custos. Encargos e benefícios é feito uma projeção, então tem um percentual para encargos sociais e trabalhistas, benefícios e provisões e nós mantivemos o percentual proposto, que consta do plano de negócios da concessionária.

Muito importante e que impacta bastante no nível de custos da concessão é energia elétrica. Em setembro de 2015 foi pleiteada pela concessionária uma revisão tarifária extraordinária decorrente dos aumentos significativos nos custos de energia elétrica. A Agência avaliou e chegou a um reposicionamento das tarifas, um ajuste das tarifas de 3,4594%. Para essa revisão tarifária a gente analisou as contas de dezembro de 2015 da concessionária, todos os volumes, ou seja, tudo o que aconteceu de reajustes nas tarifas de energia, elas foram capturadas aqui, porque a gente usou os dados bem atuais e para a projeção foi considerado o incremento dos custos da entrada em operação da estação de tratamento de esgoto, que está prevista para iniciar em 2017 com o plano em 2020. E com relação às bandeiras tarifárias, que todo mundo deve sentir na conta de casa, né,

bandeira vermelha, amarela e verde, só tem tido bandeira vermelha ultimamente, mas como também é um cenário bem incerto, a gente fez uma projeção aqui para 2016 que vai ser bandeira vermelha o ano inteiro, de 2017 a 2019 seis meses de bandeira verde e seis de vermelha e a partir de 2020 quatro meses de bandeira amarela e seis meses de bandeira verde. Tudo isso para a gente conseguir chegar no custo de energia elétrica.

Essa metodologia que a gente adotou aqui, ela corrige qualquer distorção de cenário adotada pela Agência nessa revisão tarifária ordinária. Então se algum cenário não foi previsto corretamente naquela época, em setembro de 2015, que a gente estava no meio da crise, ela é corrigida com essa metodologia que a gente adotou.

Bom, com relação aos serviços de terceiros que também é um custo bem grande da concessionária, a gente percebeu que nesse período de cinco anos os valores observados estavam num nível muito acima do que estava previsto na licitação e esse item foi fácil de avaliar porque serviços de terceiros estava destacado no fluxo de caixa da licitação e a gente conseguiu fazer uma boa comparação. E daí a gente reconheceu para o cálculo da revisão tarifária todos os custos que estavam previstos à época da licitação, acrescidos de alguns incrementos que foram justificados pela concessionária e que foram aceitos pela Agência, boa parte deles são referentes às próprias exigências regulatórias de melhoria da prestação dos serviços. Então aqui está um quadro do que foi reconhecido pela Arsesp de incremento de custo, então em 2015, no acumulado ele chega a 358 mil aproximadamente. A gente tem uma questão aqui bem importante que é a diferença entre aquisição e locação de veículos, na época da licitação, na proposta da concessionária eles consideraram que fariam aquisição dos veículos necessários para a operação do serviço. E quando eles iniciaram a operação, eles optaram por locar os veículos, e a justificativa é que a locação representa uma vantagem financeira sobre a aquisição. Ela tinha um ganho de 42,95%, que foi o cálculo feito pela Saneaqua. Os custos de aquisição envolvem não só o investimento, o valor que a concessionária vai pagar para comprar os veículos, como a manutenção, os seguros, impostos, todos os custos que a concessionária teria com esses veículos próprios, que boa parte não ocorre na

locação de veículos, por isso que ela acabaria sendo mais vantajosa. O custo anual com locação em 2015 está em torno de aproximadamente 745 mil reais.

Quando a gente foi avaliar o fluxo de caixa da concessão a gente percebeu que se a gente incluísse esse custo com serviços de terceiros, haveria uma elevação no patamar de custos significativa, que não corresponde a essa vantagem financeira apresentada pela concessionária com relação à aquisição. Porque além dos custos com a aquisição do veículo, eles teriam também de manutenção e a gente não percebeu essa contrapartida entre o custo com a locação e a redução nos custos de manutenção que estavam previstos à época da licitação. Então por isso a gente não reconheceu a inclusão de custo com a locação de veículos, então a gente não elevou o patamar nessa note técnica preliminar. Para o período remanescente do contrato a gente usou como base de projeção os custos reconhecidos em 2015, que já consideram aqueles incrementos que eu mencionei por razões regulatórias e a inclusão a partir de 2016 dos incrementos que a concessionária projetou, a maioria deles, da entrada em operação do sistema de tratamento de esgotos.

Aqui tem um resumo, essa tabela está bem carregada, mas eu vou.... Em 2015 serviços de terceiros com operação e manutenção... aqui. Aqui era o custo original da licitação, mas aqui está preço de março de 2009, tem uma diferença nesses preços. Então nós reconhecemos 957 mil, o custo realizado a preço, à mesma moeda, 1 milhão e quinhentos mil, então a gente reconheceu 62% desse custo. Com relação aos custos administrativos é a mesma coisa, 149 mil, o realizado foi 408 mil, a Agência reconheceu 63% desse custo e utilizou isso como base de projeção para o restante do contrato.

Partes relacionadas. Partes relacionadas são todos os recursos materiais e serviços fornecidos pelas empresas do mesmo grupo da concessionária e só se justifica esse tipo de contratação quando ele resulta em redução de custos. Nesse item de partes relacionadas a Agência tem adotado, não só aqui, mas na outra concessão que a gente regula, o limite de 5% da receita operacional da concessionária, que pode ser usado em despesas, contratação de serviços com partes relacionadas. Então tudo que exceder esse limite de 5% a gente não reconhece na tarifa. Com relação a produtos químicos, por eles serem

componentes vinculados diretamente à qualidade da água, a gente não fez nenhum tipo de restrição aqui, então foi reconhecido todos os valores contábeis realizados, tudo que foi registrado desse item de produtos químicos no período de 2010 a 2015 e para o período remanescente a gente aceitou todos os valores projetados pela concessionária.

E aí tem outros custos e despesas que fazem parte da concessão também, da operação do sistema, que é relacionada a materiais, fiscais, despesas com viagens e outros. Eles representam apenas 10% do total de custos da concessão. Então, para o período analisado a gente reconheceu todos esses custos da concessionária e para o período remanescente a gente reconheceu as projeções feitas pela concessionária e a gente fez uma conta aqui: hoje está em torno de 10% e pela projeção deles cai para 7,6% a partir de 2019. A gente considerou aceitável também uma redução desses custos, então reconhecemos o que foi proposto pela concessionária. Tem outro tipo de despesa comercial, uma delas é inadimplência e aí a gente também aceitou as projeções apresentadas pela concessionária, hoje já tem um índice muito bom, ele reflete um sistema arrecadador muito eficiente, e na projeção eles ainda reduzem esse índice, então por isso a gente aceitou o que a concessionária propôs. Com relação a publicidade e propaganda também aceitamos as projeções apresentadas pela concessionária, pela nossa conta ela tem um ganho de eficiência de 0,9% ao ano, então a gente entendeu que é adequado. Nesse item de publicidade e propaganda a gente só reconhece os custos referentes a campanhas educativas, então campanha de uso racional da água, esse que entra no item de publicidade e propaganda que é reconhecido pela Agência, que a gente entende que é necessário para a prestação do serviço.

Então aqui está um resumo desse total de todos esses itens que eu comentei, do que a Agência não aceitou, não reconheceu no cálculo da tarifa. Com relação à remuneração, o que tem, remuneração de pessoal, serviços de terceiros e partes relacionadas, no total não foi reconhecido em 2015, por exemplo, aqui começa em 41% em 2011, 30 em 2012, 51 em 2013, 39 em 2014 e chega a quase 29% em 2015 que não foi reconhecido no cálculo da tarifa. Então essa daqui é a curva de custos total da concessão e o que estava

previsto inicialmente no contrato era esse comportamento nesse nível. A concessionária estava pleiteando esse nível aqui, ela realizou esse nível nesse período e estava pleiteando essa projeção e a Agência está considerando um meio termo entre o que estava no contrato e o plano de negócios da concessão, considerando todos os critérios que eu expliquei anteriormente. Tem outros custos envolvidos, que é a amortização dos investimentos, a depreciação, então a gente adotou os registros contábeis para o período de 2010 a 2015 e para o período remanescente a gente considera, para fazer a depreciação e a amortização dos investimentos, o menor período entre a vida útil do equipamento ou o prazo da concessão. Taxa de regulação e fiscalização também no período de 2010 a 2015 os dados contábeis e para o restante do contrato a gente calculou 2% da receita operacional líquida, isso está previsto em contrato, meio por cento destinado à Arsesp de taxa de regulação e 1,5% vai para a prefeitura do município de Mairinque.

No item de outorga, a concessionária tem que pagar o comitê de bacias pelo uso urbano dos recursos hídricos, então, por exemplo, para fazer a captação da água eles precisam pagar para o comitê de bacias, então no período realizado a gente considerou os registros contábeis que são encargos da concessão e para o período remanescente aceitamos as projeções da concessionária. Com relação à participação dos empregados, é um item de acordo sindical, então a gente também no período realizado o registro contábil e no período remanescente a gente aceitou as projeções da concessionária, no entanto aqui a gente fez uma ressalva que não tem um comportamento linear esse custo nesse período realizado. Então para a gente avaliar a projeção, ficou um pouco complicado para saber se ela estava aderente ou não ao que eles costumam pagar de participação dos empregados, então aqui talvez a gente tenha que pedir uma informação adicional só para saber se a projeção está aderente para a nota técnica final.

Despesas de arrecadação são aquelas despesas com bancos, lotéricas que a concessionária paga pelas contas que foram recebidas nesses locais, então no período realizado a gente usou os dados dos registros contábeis e para o período restante do contrato de 2016 a 2050 a gente adotou como limite regulatório o custo unitário de R\$ 8,02 por ligação por ano, que foi o menor

custo observado no período de 2010 a 2015, então a gente tentou ver um custo eficiente e adotou para o período restante do contrato como limite regulatório.

Depois que a gente calcula todos esses custos a gente faz uma projeção das receitas da concessão. Então tem as receitas tarifárias, que são aquelas provenientes do... é o produto das tarifas médias de cada categoria de usuários, ou seja, usuário residencial, comercial, industrial, pelo volume consumido de água em cada categoria. Então essa é a receita que ela vai ter com a prestação do serviço diretamente, água e esgoto. Receitas de serviços complementares essas receitas são aquelas provenientes de ligação de água, segunda via, todos os serviços que a concessionária presta e que são relacionados à concessão; a gente adotou um percentual de receita projetada para 2016, que é de 7,31% e receitas financeiras foi adotado o percentual médio da receita tarifária observado em 2014 e 2015, também estava bem discrepante entre os dois anos, então a gente pegou um percentual médio de 1,2655.

Com tudo isso a gente primeiro avalia qual é a demanda dos serviços para o período de contrato, qual vai ser o custo de operação e quanto que eles vão ter de receita tarifária. Com esses três componentes a gente consegue chegar ao índice que a concessionária precisa, que é o índice de reposicionamento. Ele é o ajuste tarifário necessário para manter aquela taxa do contrato de 8,85 que eles têm por garantia, que é o equilíbrio da concessão e ele foi obtido a partir das projeções dos componentes do fluxo de caixa, que foram essas que eu expliquei.

O índice de reposicionamento tarifário preliminar obtido pela Arsesp foi de 19,5%. É isso. Obrigada.

Mestre de Cerimônia:

Informamos que será realizada a apresentação da Saneagua Mairinque S.A., dispondo de até 30 minutos. Convidamos a representante da empresa para fazer uso da palavra, Senhora Rosemeire Pagni, diretora de Concessão.

Rosemeire Pagni, diretora de Concessão da Saneaqua Mairinque:

Boa tarde. Gostaria de começar a apresentação agradecendo a Arsesp pela oportunidade de manifestação da concessionária. Agradecendo aos vereadores (incompreensível 00'18") pela presença, agradecendo a Prefeitura Municipal, e a todos os presentes. Nós vamos iniciar com um vídeo institucional...

(REPRODUÇÃO DO VÍDEO)

Bom, a apresentação está dividida em dois blocos, então no primeiro momento a gente vai mostrar o progresso e o avanço de todo o trabalho da equipe da Saneaqua, e no final a gente faz as ponderações com relação à nota técnica da Arsesp. Essa é a equipe de gerentes, a minha ideia inicial seria pedir que a Luana, o Rogério Manão e o Renato que estão presentes aqui, me apoiassem durante a apresentação, mas eu vou pedir que eles fiquem aonde estão, aí se tiver qualquer tipo de questionamento, qualquer ponto que eles possam complementar as informações, por favor conto com vocês... Ajuda dos universitários. Aqui é um slide pra caracterizar a concessão, então é uma concessão plena e envolve os trabalhos de água e de esgoto, o início das operações se deu em outubro de 2010, com a parceria Odebrecht Ambiental e Sabesp, a agência reguladora é a Arsesp. Índice de atendimento de água teve uma evolução de 89%, antes do início da operação pela Saneaqua pra universalização, o atendimento de esgoto subiu de 67% pra 75, e esse é um trabalho que continua com a implantação das redes, coletores prontos, e o tratamento que estamos aí há muito pouco pra começar a construção. O índice de perda é uma meta contratual, em 10 anos a gente tem esse índice de 25% pra atingir, dezembro de 2015 a medição já estava em 35%.

Esse é o fluxograma do nosso sistema de distribuição, e ele é bastante importante porque como já foi falado pela Arsesp, os custos de uma concessionária estão atrelados sim à complexidade do seu sistema. Então, topografia do município interfere na complexidade, número de instalação, quantidade de poços, captação de superfície, centros de reservação interferem, qualidade do manancial, enfim. E com base nisso, a gente

apresenta aqui uma tabela de comparação das tarifas, e é claro que existem muitos municípios com tarifas maiores e tarifas menores do que aqui a da Saneaqua, exatamente por essa diferença de topografia, complexidade, os custos atrelados, as tarifas e a necessidade de investimento são particulares de cada lugar. Aqui a gente optou por trazer tarifas reguladas pela ARES-PCJ, por ser também uma agência reguladora e extremamente técnica. Aqui a continuação, aparecem as tarifas da companhia estadual. Esse número é possível ser lido aí no fundo? Não. O material todo vai estar à disposição pra consulta. Aqui é a evolução do sistema, então como se encontrava o sistema antes do início do trabalho da Saneaqua e depois. Isso aqui se reflete no índice de satisfação do cliente medido pelo Ibope anualmente melhorando, e o índice de reclamação que a concessionária recebe nos seus canais de atendimento, diminuiu.

E fotos porque imagem fala muito, muito mais. Então, o que chama a atenção aqui é a precariedade física da edificação, mas todas as instalações também foram recuperadas, as bombas, tubulações... Mesma coisa quanto aos reservatórios de água. Foto externa, foto interna. Os tanques da estação de tratamento, o revestimento aqui nessa primeira foto aparece bastante prejudicado, e isso afeta a estanqueidade, a impermeabilização e a própria estrutura dos tanques foi completamente recuperado. Os meios filtrantes que afetam a qualidade da água foram também todos recuperados. E as tubulações muito antigas, principalmente no bairro de Sorocabana, que estão esquecidas e foi passada uma tubulação completamente nova. Isso acontece muito aqui onde estamos, centro, com uma menor frequência, e o bairro de Sorocabana que é mais antigo, praticamente todo o bairro teve a sua tubulação trocada.

Eu trouxe uns exemplos dessas tubulações que saíram, eu trouxe luvas, inclusive no final da apresentação vou deixar à disposição, isso mostra tanto a deterioração, e aí pontos frequentes de vazamento que afetavam aquele nosso índice de perda, quanto essa incrustação que a gente observa nessas outras tubulações. A recuperação do nosso manancial principal, 60% da água do município vem da Represa do Fiscal, e quando a gente observava ela, ela parecia um grande campo de futebol, e não uma represa de água, não um

sistema principal de captação do município, então ela foi completamente recuperada, e isso afeta diretamente a qualidade da água, não só a quantidade de reservação. Essa era a lâmina d'água que se via do Google, é uma foto aérea extraída do Google, e com a limpeza, a lâmina d'água que se obteve. Esse é um trabalho que continua, e afetou diretamente a qualidade. Então, os níveis de turbidez na água, de cor, as concentrações de ferro e manganês que é uma característica dos nossos mananciais, eles estão hoje muito inferiores ao que eram antes da preservação do manancial, e esse é um trabalho que é um trabalho mesmo constante, e que depende não só da concessionária enquanto preservação do corpo d'água, mas também da fiscalização, vigilância sanitária, e da própria conscientização da população pelo entorno que está cada vez mais habitado.

Aqui são os parâmetros de qualidade da água de todo o ano de 2015, isso está aqui porque a população vai estar recebendo, junto com as contas d'água esse formulário, isso é obrigatório por legislação, essa divulgação, mas nesse folheto que vocês estão recebendo tem muito mais informação importante, traz exatamente esse quadro com todas as análises, mas traz também informações do tratamento, informações do nosso sistema, eu peço que todos leiam e estamos à disposição pra tirar qualquer dúvida. Aqui, os centros de expansão e crescimento acelerado do município, é a cidade mais antiga que começou o seu desenvolvimento à beira da Raposo Tavares, que é aqui a região central onde nós estamos. Hoje os pontos de crescimento estão localizados nos distritos de Dona Catarina e de Moreiras, que são próximos à Rodovia Castelo Branco, é uma região que cresce aceleradamente, e o nosso atendimento nesses mais de 4 anos cresceu mais de 100% em Dona Catarina e mais de 60% no bairro de Moreiras.

Aqui então é o nosso projeto de controle de perdas, ele é um projeto contínuo pra 10 anos de trabalho e ele continua depois, os primeiros 10 anos era o primeiro marco contratual, o plano de saneamento já trouxe metas até o final da concessão. No projeto inicial estava previsto encerrar 2015 um pouco abaixo de 40%, a medição do último relatório entregue pra Arsesp que manda as informações de todo o ano de 2015 mostra dezembro de 2015 com o índice de 35% de perda, então o projeto está trazendo efeito e isso é uma soma de

vários trabalhos que estão sendo feitos, automação, telemetria, monitoramento remoto de pressão, setorização de todo o sistema e o projeto piloto, que ele é feito em todo o município, mas especificamente no bairro de Moreiras, hoje o nosso índice de perda é da ordem de 17%, então virou benchmark pra que a gente persiga isso pra todo o município.

No termo de doação do terreno isso é um marco pra gente, pra vida da concessionária, pra vida do saneamento aqui em Mairinque, o trabalho agora, estive conversando antes de começar a audiência com o Claudinei, o secretário de Obras que cuida diretamente disso, (incompreensível 12'33") essa é uma área muito grande, rural, que o Grupo Votorantim doou pro município, e esse desmembramento é um processo burocrático mesmo mas está em finalização, o termo está praticamente pronto e em muito pouco tempo a gente inicia a ETE. É importante falar, como foi mostrado pela Arsesp na apresentação da Camila, que a ETE inicialmente estava prevista pra ser construída em 2016, mas do início da concessão, então desde o primeiro período de operação, está em implantação as redes coletoras de esgoto, e isso traria uma vantagem financeira pra concessionária porque a coleta representa 80% da tarifa de esgoto, e essas obras obrigatoriamente só podem ser iniciadas depois da conclusão da ETE. Aqui então o trabalho social da concessionária, isso já foi mostrado no filme, o 'Projeto Portas Abertas' a gente recebe escolas, grupos interessados em conhecer a operação, as instalações, participação de datas comemorativas, o 'Projeto Olho Vivo' que visa recolher o óleo de cozinha e dispor adequadamente, isso é muito importante pra concessionária porque esse óleo, quando ele permeia pela rede de esgotos causa entupimento, causa retorno às residências... Um pouco mais de projeto social, então o desenvolvimento de jogos e oficinas educativas. E aqui as concentrações da Saneaqua agora para o ano de 16, que é a rede de coleta de esgoto, a ampliação do sistema de esgoto como um todo, então rede coletora, coletor de (incompreensível 14'19"), o início da ETE, a disponibilidade hídrica que eu acho que cada vez mais tem que estar no foco da concessionária, então um plano de contingência que seja eficiente, o monitoramento e gestão dos nossos poços e mananciais exatamente pra que a gente não tenha novamente uma crise hídrica como tivemos ai há muito tempo atrás, e a redução de perda que é um trabalho constante.

Agora a gente vai entrar aqui nas contribuições da nota técnica e é importante fazer uma paralisação aqui. Quem não teve a oportunidade de ler a nota técnica preliminar publicada pela Arsesp, pode ter a errada impressão de que a concessionária está aqui criticando o trabalho da Arsesp. Não estamos não, foi um trabalho muito técnico, foi um trabalho muito detalhista, ele foi em cada detalhe, foi um levantamento de dados de 5 anos, então imagina o que é analisar dados contábeis, técnicos e de todas as análises de 5 anos de operação, então é natural que na manipulação de todas essas informações tenham algumas, que a gente chamou aqui, de erros ou de diferenças conceituais, e é isso que a gente está apontando aqui, mas em momento nenhum a gente está desmerecendo o trabalho da Arsesp, muito pelo contrário, fica aqui o depoimento que foi um trabalho muito engrandecedor, inclusive pra nossa equipe. E ainda a gente vai falar, foram 8 pontos principais levantados, tem algumas outras observações no documento que foi entregue, estará à disposição também... A questão de consumo, ele é mesmo só um recálculo, porque os dados pra cálculo aqui de consumo médio é volume micro medido pelo número de economias, isso sai do histograma, isso a Arsesp reconheceu, na hora de fazer a divisão a gente encontrou uma diferença, usando o critério da Arsesp de cooperação de 2 anos, enfim. Então só o que a gente pede é que seja refeito o cálculo. A questão da outorga, os anos de 2013 e de 2014 aparecem zerados, esses pagamentos foram feitos, a gente mandou pra Arsesp os boletos de pagamento com os comprovantes e só se pede que seja reconhecida. Número de profissionais a gente entende que foi um erro de entendimento, porque quando a concessionária, em 2010, havia 37 profissionais, 37 profissionais passaram da antiga operadora para a concessionária. A concessionária entende que o ano 1 de concessão é o ano de 2011, onde ela teve um período pleno de atuação, e a informação é que foram 47 profissionais que integravam o quadro. 37 profissionais eram os que atuavam naquele regime de precariedade que a gente mostrou nas fotos. Era uma equipe extremamente insuficiente, que não faz frente ao compromisso da concessionária com a eficiência e com melhoria. Então utilizando os mesmos critérios da Arsesp, partindo do número correto de profissionais necessários, acrescentando os empregados reconhecidos pela Arsesp, contra os empregados efetivamente que atuaram. Então, o que se pede aqui é que

a Arsesp, até pela muito pequena diferença entre o planejado e o efetivamente contratado, reconheça todos os profissionais que participaram aí dos 5 anos de operação.

Serviços adicionais eu reconheço que pode ter sido um erro da própria concessionária, porque quando a gente enviou essas informações pra Arsesp, nós não estruturamos na forma de tabela. A gente mandou isso na forma de texto, e certamente a Arsesp encontrou dificuldade pra entender as datas que esses serviços estavam efetivamente inseridos. Então, o que a gente tem aqui, são os mesmos serviços reconhecidos pela Arsesp só que nas datas e valores corretos. Pra embasar isso, a gente encaminhou junto com a nota técnica ou as contribuições da nota técnica, todas as notas fiscais, todos os comprovantes, há teias de despesa, e o que a gente pede é só a revisão desses valores. Esse tema foi levantado pela Arsesp, é um tema bastante sensível pra concessionária, na própria tabela que a Arsesp apresentou, a gente verifica que o valor de veículos faria o reconhecimento de 100% das despesas, e mostraria que a concessionária está mais eficiente do que o patamar previsto na proposta. O que acontece aqui, que a gente entende que é um erro conceitual da Arsesp... Nosso compromisso é com a modicidade tarifária, e a partir do momento que a gente reconheceu uma forma de contratação mais eficiente, que agrega valor ao negócio e que diminuem as tarifas, não tem porque a Arsesp não reconhecer. A gente deixou de gastar um milhão e cem ao ano pra gastar uma ordem de 850. Olhando aqui, só a comparação, aquisição dividida anualmente, porque essa aquisição acontece pontual, e ai deprecia durante o período de legislação, veículo utilitário, acho que são 5 anos, ou seja, a cada 5 anos existe um investimento em aquisição. Dividindo isso regularmente nos anos, isso não é só veículos, são caminhões, retroescavadeira, é toda a frota necessária pra operação. Isso seria um custo desta ordem de grandeza. A concessionária baixou muito isso considerando só o valor efetivamente de comparação, aquisição, que se tivesse sido comprado estaria reconhecido pela Arsesp. Não tem como dar um Vale Transporte pro nosso funcionário e atender uma demanda, quer dizer, veículo é reconhecido acho que por toda a população como necessário para o desenvolvimento do trabalho, tanto quanto retroescavadeira, tanto quanto os caminhões, enfim. Aqui foi uma forma que

a companhia achou pra executar o trabalho em um menor custo, e o que se pede é que a Arsesp reconheça isso como uma vantagem pra população de Mairinque, porque a partir do momento que a Arsesp não reconhecer a locação, a solução da concessionária é parar de alugar os carros e comprar, e a compra desses equipamentos vai tornar a tarifa mais cara, porque a vantagem competitiva está na locação ao invés da aquisição e isso foi detalhadamente apresentado pra Arsesp.

Partes relacionadas é exatamente o mesmo conceito, nós mandamos agora pra Arsesp o comparativo de custos de mercado com empresas atuantes e consolidadas, ou seja, quando a Arsesp fixa um limite que não é contratual pra contratação por parte relacionada, ela obriga a concessionária a contratar esses serviços no valor de mercado, que muitas vezes são menos eficientes, porque nem sempre a empresa é especializada em saneamento, às vezes oferece serviços que não abrangem todas as necessidades e o custo também ficaria mais caro e impactaria a tarifa negativamente pra população.

Despesas de arrecadação, a Arsesp reconheceu as despesas que ocorreram nesse primeiro período, mas ela fixou um limite regulatório de oito reais, oito zero dois ao ano, que dividido por 12 meses dá esse valor de um pouco mais de 66 centavos. Quando a gente olha pras nossas tarifas do grupo arrecadador, então cada banco, casa lotérica, as farmácias, o próprio atendimento da Saneaqua, são muito pouco pontos de arrecadação que possuem uma tarifa inferior ou igual ao limite que a Arsesp colocou. O que a gente entende é que o comportamento da população na hora de pagar a conta não é gerenciado pela concessionária, então fixar um limite regulatório significa não reconhecer tarifas superiores, e o descredenciamento de todo esse grupo de arrecadadores que facilita a vida da população. Então o que a gente pede aqui é que não exista um limite regulatório, essas tarifas são todas negociadas com o banco, até porque o descredenciamento desses locais aonde a tarifa está maior vai contra o anseio da população que nos pedem sempre recorrentemente que credenciem novos postos de arrecadação como Banco Itaú, Banco Bradesco, nós nunca fizemos exatamente porque a tarifa é bem mais altas daquelas que já são praticadas.

Com relação à receita financeira, a Arsesp considerou a receita financeira, isso aparece no nosso balanço, mas ela não considera despesa financeira no fluxo de caixa, que também é um item extraído do balanço. O que são essas receitas financeiras, quando a população tem dificuldade de pagar na data certa a conta, ela paga em atraso e isso gera ao cliente juros e multa que são contabilizados aqui. E receita financeira... Quando essa mesma população não paga em dia, a concessionária não tem no seu caixa a disponibilidade pra pagar as próprias contas, e também paga essas contas em atraso, que gera essas despesas financeiras. Então o que a gente pede aqui, é que se houver o reconhecimento da receita financeira, que haja também o reconhecimento da despesa no mesmo patamar.

Como conclusão, infelizmente esse slide é extremamente recente, foi uma chamada do Portal Tratamento de Água de janeiro agora de 2016, e essa informação fala que quase 50% das áreas urbanas do Brasil, não têm os esgotos coletados, 50% do esgoto gerado em área urbana do Brasil não é ainda coletado. E a mensagem que a gente deixa é que o município de Mairinque teve a atitude e o compromisso com a população de mudar isso, então a gente já tem o sistema de abastecimento de água universalizado e em muito pouco tempo teremos o sistema de coleta e tratamento também universalizado, e que esse compromisso depende do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e o que se pede então é que essas revisões sejam reconsideradas em cima das observações e a gente renova aqui o nosso compromisso com a população de manter a melhoria contínua dos nossos serviços. Obrigada.

Mestre de Cerimônia:

Muito obrigada Rose. Daremos início neste momento à etapa das manifestações dos expositores, lembrando que obedeceremos a ordem da inscrição, e que cada expositor dispõe de até 10 minutos. Não tivemos expositores inscritos no site, mas podemos receber agora se alguém estiver à disposição. Vereadora, gostaria de dizer alguma coisa?

(inaudível 27'01")

Não, não precisa, agora. Pode vir. Tanto faz, como a senhora preferir.

Déia Maria de Souza, vereadora de Mairinque:

Boa tarde a todos e a todas. Eu acho que escutei alguma coisa em torno de 19%... Me preocupa bastante esse valor. Nós estamos em um momento difícil do país, econômico, político... E a gente sabe que alguma coisa qualquer é revisão, nem que se for essa ordinária, prevista em contrato, mas ela tem que ser bastante considerada. É um conjunto de informações que pra gente processar vai algum tempo. Eu queria tirar uma dúvida: Teve um aditivo em dezembro? Não... Teve um aditivo só em 2012, que é o contrato? Eu queria levantar uma seguinte questão, pra que a Arsesp nos ajude: Esse contrato teve um problema muito grave que começou indicando a população de 52 mil habitantes, quando Mairinque não tinha uma população de 52 mil habitantes. Acho que eles iam... Na época que montou a licitação, acho que pensavam no saneamento de Mairinque e mais algum lugar, então nós sabemos que agora está sendo corrigido o tamanho da população. Então começava em 52 e no final do contrato em 72 mil habitantes. Eu não sei avaliar, e a Arsesp acho que vai poder nos ajudar muito, esse super dimensionamento, não sei se podemos falar em super dimensionamento, mas acho que sim.. Estratégia de saneamento. No que impacta? Como que a gente pode, realmente, nessa primeira revisão ordinária, corrigir isso? Isso foi um defeito que vem, e que com certeza afetou os custos, a questão da população. A outra coisa foi apontado pela concessionária, que era uma coisa muita cara pra nós, que ela troca a tubulação de ferro fundido por pvc, mas ela não aconteceu ainda na área central da cidade e a gente pensa que nesse 11, 12, 13, 14 e 15, no sexto ano, que a gente chama de sexto ano esse né, essa é uma obra fundamental. Então, falar com a população em um aumento, nessa ordem, e ainda ter esse problema, que ainda aquela perda lá (incompreensível 30'07" ao 30'08") nessa questão dessa população antiga talvez. Então, é uma coisa interessante quando falamos do custo.

Tanto as perdas, quanto a conservação do manancial, onde foi feita toda a retirada da vegetação, vimos que a concessionária mostrou que melhorou a

dureza, a turbidez, e todos os outros índices, isso com certeza deve também afetar o custo, deixar ele menor. Pra tratar essa água, é um custo menor. Então a gente quer também diminuir os 19, eu ainda acho que a gente pode melhorar essa conta. Mesmo porque, é um trabalho contínuo, como foi dito, e o reservatório maior é aquele, que é (incompreensível 30'55" ao 30'56"), mas nós temos um reservatório superficial menor que é o Carvalhal, que está bem aqui pertinho de nós. E também tem uma camada de vegetação que atrapalha a qualidade da água, e ele não é um reservatório considerável, ele vai ajudar a diminuir este custo também. E eu queria também que a concessionária falasse que foi citado de um novo componente químico no tratamento, que foi quando a Arsesp colocou, então eu queria que esclarecesse que produto é esse. Também acho que uma coisa importante quando a gente fala da primeira revisão ordinária, é uma questão que depois da crise hídrica ficou muito mais importante pra todos, a questão das nascentes. No contrato tem uma questão que é 'cuidado com as nascentes', que é uma responsabilidade da concessionária, passada pela concessionária de contrato. Então acho que a gente vai ter que fazer realmente um plano de saneamento, e eu coloco a minha culpa, não deu tempo da gente colocar isso de uma forma mais contundente, nós precisamos tratar disso. A outra questão, por último... Acho que é só isso. Quero que a Arsesp nos ajude a ver se dá pra consertar aquilo que foi feito de errado quando fixou a população de 52 que não era 52, então agora vamos ter que fazer isso. Como é um volume muito grande de informações, nós vamos estudar isso com calma, já que vai ficar disponibilizado, para a gente ver também como nós podemos chegar em um valor menor de aumento, porque realmente 19% assusta todo mundo. Obrigada.

Rosemeire Pagni, diretora de Concessão da Saneaqua Mairinque:

Respondendo a vereadora, vocês me permitem... Com relação ao produto que está sendo utilizado, ele vem sendo utilizado desde o início da concessão, é o ortopolifosfato, porque as características do nosso manancial de superfície com muito ferro e manganês, essa é uma história que a vereadora Déia já conhece bem, o Claudinei conhece bem, mas talvez a população não

conheça, então me desculpe ser repetitiva... Causou durante muito tempo um tratamento sem o uso de produto químico adequado, antes do início da alteração da concessão, por muitos anos, a deposição de ferro e de manganês nas nossas tubulações. Inclusive tubulação de pvc, eu trouxe só as tubulações de ferro fundido, mas nós temos exemplo de tubulação de pvc no escritório na Saneaqua, fica à disposição se alguém quiser conhecer, ele gera na tubulação uma espécie de uma borra, parece exatamente uma borra de café. Isso foi se depositando ao longo de muitos anos de operação, sem o uso do químico adequado, e o que isso causa... Enquanto a tubulação está cheia, está com a passagem de água, isso é um plasma, uma gosma aderida na tubulação. E fica ali, não prejudica em nada a água que a gente recebe na casa da gente, pode fazer a análise... Ela atende todos os padrões, não tem excesso de ferro e manganês. No caso de uma manutenção, ou de um rompimento de tubulação, porque essa tubulação mesmo de pvc, seca, esse plasma fica seco, aí ele vira um pozinho. Primeiro volta da água depois do conserto com o retorno da operação, isso é carregado junto com o primeiro jato d'água. Como a gente corrigiu isso ao longo desses anos, a Arsesp, a equipe do Yamada, da Maria que está aqui presente, agora vamos ter novas orientações, tem nos auxiliados em um plano de limpeza dessa tubulação antiga, porque isso não estava previsto no plano de saneamento original, nem no contrato, não se tinha conhecimento disso à época da licitação. Pra resolver imediatamente, foram instalados vários pontos de descarga na rede. Então sempre que existe uma manutenção, a primeira água é jogada fora exatamente pra essa água não ir parar na casa da população e eles não terem problema de água com coloração. De qualquer forma, essa tubulação tem que ser limpa, então nós fizemos um primeiro teste com a Arsesp nos apoiando pra uma remoção mecânica, não foi possível, agora estamos planejando os testes com a remoção de ortopolifosfato mesmo, que é o produto que a gente usa no tratamento, pra ver se isso se dissolve e a gente consegue descarregar em paz a tubulação.

Com relação ao manancial, o Manancial do Fiscal, que é o mais robusto, ele está em processo de recuperação, muito já foi feito. O Carvalhal representa menos de 5% da água, mas ele também vai ser cuidado, então ele está nos planos pra que a gente faça ali uma remoção de vegetação.

O conceito da população original, que foi um dos pontos levantados, o primeiro plano de saneamento municipal previa agora para 2014, 2015, essa ordem de mais de 50 mil habitantes atendidos. Essa revisão que a Arsesp está fazendo já corrige esse valor, porque ela já está trabalhando com uma população correta, então a previsão de consumo da população já está adequado, isso já reduziu o custo, e as projeções futuras também já estão corrigidas com base no novo plano de saneamento. Obrigada.

José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp e Presidente desta audiência pública:

O efeito disso, imagino que você tinha uma a população de início de maior tamanho, ou teriam um consumo maior pra amortizar suas despesas, se na verdade nessa população o consumo é menor, o custo (incompreensível 37'31" ao 37'34").

Rosemeire Pagni, diretora de Concessão da Saneaqua Mairinque:

Na verdade a população afeta tanto o custo quando a receita, a concessionária hoje tem menos receita porque existem menos consumidores, mas ela precisa produzir também equivalentemente menos água, então afeta o custo...

José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp e Presidente desta audiência pública:

O que eu me referia é, você dimensiona a receita, (incompreensível 37'55" ao 37'57") quantidade de água. Então quando você dimensiona a receita, quando tem uma população, você tem um custo de total, esse custo dividido por uma população. Claro, se a população é menor, se o consumo é menor, o custo unitário provavelmente é afetado por uma maneira de elevação de custo unitário, você tem um investimento, você vai consumir menos energia elétrica pra poder ser usada e menos produto químico, mas o investimento

que você fez na rede e na tubulação, aquele vai ter que ser dividido e suportado por uma população menor por metro cúbico e tem efeitos tanto de subida, como no caso de energia elétrica, de uma (incompreensível 38'38" ao 38'40") que a Arsesp vai ter que analisar e ver qual foi esse impacto, sem dúvida tem um impacto (incompreensível 38'44" ao 38'47").

Quero agradecer, lembrar também que esse retardamento de reposicionamento tarifário de 19% na revisão, na verdade ele pode oscilar de acordo com as análises que vão ser feitas. No ano da revisão tarifária não há reajuste com base na inflação, então se você teve uma inflação em torno de 9, ou 8, 9, 10% ao ano, esses 19 na verdade não tinha essa atualização de preços que é feita usando o preço de hoje, então se não tivesse a revisão teria um aumento normal de 9% pra atualização inflacionária, então a revisão está implicando uma subida hoje em torno de 10% de fato. É o impacto da análise dos custos, só pra deixar claro, a gente está voltando a conviver com inflação, na faixa de 4 a 5%, isso é muito ruim pra todos nós, e de fato a ideia da Arsesp sempre quis (incompreensível 39'46") isso, é buscar a modicidade. Isso obviamente cria algumas reações, como foi feito aqui, nós vamos analisar as respostas das concessionárias e a vereadora pode estar certa que a gente tem essa preocupação também do lado da modicidade e da população. Agradeço a contribuição. O Dr. Helio gostaria de falar alguma coisa.

Helio Luiz Castro, Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico da Arsesp:

Outra coisa que a gente procura quando a gente faz a fiscalização e a avaliação dos atendimentos aos indicadores da própria revisão, é a máxima eficiência da concessionária. Então a vereadora aqui comentou em algum momento da necessidade de substituição de alguma tubulação. Na busca pela eficiência talvez a substituição da tubulação nem seja a melhor solução, uma solução paliativa poderia ser uma limpeza dessa tubulação por meios mecânicos, hidrojato, o que for, mas nem sempre a substituição pode ser a mais adequada. Então, isso também é avaliável, porque se a concessionária resolve trocar toda a tubulação da cidade, a gente vai avaliar se isso é viável

ou não, se isso vai trazer benefício ou não. Pode ser que não seja essa a solução. Se for, essa vai ser considerada, se não for, não é porque ela trocou que nós vamos reconhecer essa ação que foi feita. A gente está sempre buscando máxima eficiência nesse caso operacional.

Anton Altino Schwyter, Superintendente de Regulação da Diretoria Econômico-Financeira da Arsesp:

Oi, só pra confirmar de que todas as menções e contribuições, os comentários, inclusive os feitos pela vereadora serão respondidos item a item ao final, pra fazer o relatório das contribuições e a nota técnica final.

José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp e Presidente desta audiência pública:

Vai ser gravado, vai ser degravado, fica à disposição no nosso site todos os pronunciamentos e tal. OK?

Mestre de Cerimônia:

Mais alguém tem interesse em expor?

José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp e Presidente desta audiência pública:

Se alguma pessoa da plateia quiser se manifestar, fazer algum comentário, eu peço que fique totalmente a vontade, enfim. O objetivo da audiência pública é exatamente esse.

Mestre de Cerimônia:

Ninguém? Então as apresentações estão encerradas, lembramos que todas as contribuições, bem como o cronograma contendo as próximas etapas do processo de revisão tarifária estarão disponíveis em nosso site: www.arsesp.sp.gov.br. Passamos agora a palavra pro senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, presidente desta audiência, para o seu encerramento.

José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp e Presidente desta audiência pública:

Eu quero agradecer mais uma vez ao comparecimento de todos que aqui estiveram, é muito importante esse comparecimento, pra nós da Agência também... O selo de que a gente está fazendo as coisas de uma maneira clara, transparente, e que merece um interesse público. É muito bom a gente ver que independente de sua origem, existem concessionárias trabalhando na prestação do serviço pra poder levar água de boa qualidade pra toda a população e pra universalizar a água e em um futuro próximo universalizar coleta e tratamento de esgoto, muito exemplos importantes recentes no Brasil de extensão de serviços públicos pra população. Acho que um dos programas que a gente pode ver (incompreensível 43'29" ao 43'33") que a gente tem que reconhecer, é bastante importante. Oxalá esse programa (incompreensível 43'39") de água pra todos também consiga, a gente consiga em um período menor do que o previsto, fazer com que isso aconteça. Isso é importante pra qualidade de água que a população bebe, pra saúde da população, pras crianças, pra limpeza dos córregos, mananciais, enfim, pra saúde também, ter mais água sem tratamento de esgoto, pro meio ambiente... Então isso, serviço de água e saneamento é um sistema extremamente importante, e a Agência está à disposição pra quem quiser se manifestar, se comunicar...

Então quero agradecer mais uma vez a presença de todos e reiterar o nosso compromisso com a qualidade, o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária pra que ela continue a exercer suas atividades de maneira adequada, de outro lado, as tarifas mais módicas possíveis pra que a população também tenha um serviço com o preço justo. Então agradeço a

todos os presentes, e então vou dar por encerrada a nossa audiência. Muito obrigado pela presença.